



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## **O PROTAGONISMO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA**

**Kelly Santiago Oliveira**

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, kellysantiagoo@hotmail.com*

**Selma Conceição Freitas Silva**

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sconceicaofreitas@hotmail.com*

**Vanessa Dias de Lima**

*Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, nessa.dl@outlook.com*

**Resumo:** O presente artigo pretende compreender a relevância dos movimentos de mulheres na construção dos processos agroecológicos, partindo do princípio de que sem feminismo não há agroecologia. Esse lema escolhido pelas mulheres durante o III ENA-Encontro Nacional de Agroecologia, em 2014, reafirma o papel histórico da mulher dentro dos processos agroecológicos. Mesmo sendo as mulheres do campo as principais responsáveis por plantarem e colherem frutos agroecológicos, com respeito as relações sociais, a biodiversidade e estabilidade dos ecossistemas, a garantirem a segurança e soberania alimentar das suas famílias, bem como, preservarem a diversidade das sementes crioulas das comunidades, estas não aparecem no momento em que se passou a discutir sobre a importância da agroecologia, ficando assim o seu protagonismo nessa história sem o devido reconhecimento. Nesse sentido, as mulheres camponesas tem se organizado e definido como pauta o reconhecimento enquanto agricultoras familiares. Ressalta-se que no campo as relações de gênero ainda são extremamente hierárquicas e patriarcais, nas quais o homem detém o poder sobre as mulheres (esposas, filhas...), bem como, as decisões das Unidades Produtivas Familiares (UPFs). Desta forma, o papel e o labor da mulher é invisibilizado e menosprezado, restando a ela o título de “ajudante” dentro do processo produtivo. Nesse contexto é imprescindível problematizar a agroecologia como alternativa produtiva, emancipatória de caráter político/social, que contribui para o empoderamento, autonomia e protagonismo das mulheres do campo.

**Palavras-chave:** Mulheres. Agroecologia, Feminismo

**O candeiro – dando luz ao protagonismo das mulheres na agroecologia:** Os movimentos feministas exercem papel importante no processo de empoderamento e organização das mulheres, estejam elas no campo ou na cidade. A participação e organização das mulheres do campo em torno de suas pautas específicas têm contribuído expressivamente para o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito. É através dessa

organização que as mulheres vêm se tornando protagonistas dos processos agroecológicos.

Podemos afirmar, que os movimentos feministas têm avançado significativamente na luta pela garantia dos direitos das mulheres, nessa perspectiva uma das estratégias foi a auto-organização, em entidades mistas ou específicas, com o intuito de buscar mais voz nas decisões políticas.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Essa organização se dá ao longo dos anos de diversas formas e, hoje, podemos perceber que tem tomado um caráter mais sólido com as representações nos movimentos de mulheres. Aqui corroboramos com três importantes conceitos para entendermos as trajetórias até então, construídas: Gênero, Feminismo e Agroecologia. Essas categorias são basilares para compreendermos como as mulheres tem ocupado lugar de protagonistas nos processos agroecológicos. Interessa-nos, reafirmar o lema do III ENA: “Sem feminismo, não há agroecologia”, assim é com resistência e organização das mulheres que o movimento tem se firmado, como objetivo entre outros de analisar o protagonismo das mulheres dentro dos processos agroecológicos.

Como metodologia, optou-se pela abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a análise documental e o estado da arte, visto que, por se tratar de uma abordagem e análises de estudos recentes far-se-á necessário obter informações de pesquisas já realizadas e publicadas para estudo dessas categorias.

**Elucidado conceitos: Gênero, Feminismo e Agroecologia:** Para iniciar o debate sobre as relações de gênero no campo é necessário compreender os conceitos de gênero e feminismo, bem como o processo histórico da sociedade patriarcal e machista na qual nos encontramos atualmente. Desta forma, é de

fundamental importância perceber como os papéis de gênero foram definidos e como essa atribuição invisibiliza a mulher em todos os âmbitos sociais.

Ao contrário do que se pensa, gênero não é a mesma coisa que o sexo. O sexo de uma pessoa é dado pela natureza, já o gênero é construído socialmente. O mesmo é compreendido como aquilo que diferencia socialmente homens e mulheres, levando em considerações os padrões histórico-culturais atribuídos na sociedade. Portanto, gênero é tudo que uma sociedade espera de uma pessoa pelo fato dela ter nascido mulher ou homem.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. É uma maneira de se referir as origens exclusivamente sociais das identificações subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, p. 7, 1995).

Essas definições são manifestadas desde a infância (ou mesmo antes, durante a gestação), aprendemos que os homens e as mulheres têm papéis diferentes, começando pelos brinquedos e tarefas que assumimos no âmbito familiar: as meninas são incentivadas a brincar



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

com bonecas, de casinha, comidinha, de ‘mãe e filho’, ajudam nas tarefas domésticas, enquanto os meninos podem explorar o ambiente, o esporte, os carros e motos, e dar asas à imaginação.

Segundo Collins (2015, p. 30), “cada um de nós vive em um sistema que nos concede vários graus de poder e privilégio. Essas diferenças de poder, quer estruturadas ao longo dos eixos raça, classe, gênero, idade ou orientação sexual, moldam nossas relações”. A compreensão das relações de gênero desiguais que vivemos na sociedade brasileira como um todo, se funda sob preceitos patriarcais. Um sistema patriarcal se caracteriza pela dominação das mulheres pelos homens, o masculino exerce uma opressão sobre o feminino, apropriando-se deste poder determinado socialmente para impor suas vontades sobre o corpo e a liberdade das mulheres, em todos os âmbitos sociais, não se restringindo aos laços familiares, mas perpassando por eles.

As questões de raça e classe produzem uma outra forma de opressão e como nos diz Collins (2016), citando uma das maiores líderes do feminismo negro Nancy White – uma mulher negra de 73 anos, no que diz respeito a imagens de rejeição das mulheres negras comparadas as mulheres brancas:

Minha mãe costumava dizer que mulheres negras são as mulas dos

homens brancos e que as mulheres brancas são suas cadelas. Agora, ela dizia isso querendo dizer que nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, tendo feito o trabalho bem ou não. Mas as mulheres brancas estão mais perto dos senhores, que as afaga e deixa dormir dentro de casa, entretanto ele não vai tratar nem uma nem a outra como se tivesse lidando com uma pessoa (GWALTNEY, 1980, p. 148 *apud* COLLINS, 2016, ).

Por essa razão, “é importante ver como as imagens simbólicas aplicadas a diferentes grupos de raça, classe e gênero interagem na manutenção de sistemas de dominações e subordinações” (COLLINS, p. 25, 2015), é indispensável refletir sobre o lugar social que uma mulher ocupa, visto que este diz muito sobre as opressões diárias que ela enfrenta, pois “tanto o racismo quanto o machismo e o elitismo podem ser concretamente localizados em instituições” (COLLINS, p. 20, 2015).

Compreendemos então, que a palavra igualdade não contempla as diversas opressões, considerando a classe, raça, sexualidade e contexto a qual uma mulher está inserida. Por igualdade de gênero caracteriza-se o conceito que defende que todos os seres humanos, sejam eles homens ou mulheres devem ser tratados iguais perante a sociedade, são livres para expressar-se, fazer escolhas sem



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

as imposições. Porém isso não significa que homens e mulheres têm de ser idênticos, mas sim que os direitos, oportunidades e responsabilidades não sejam impostas pelo fato de terem nascido com o sexo feminino ou masculino.

Podemos perceber que dentro das relações de gênero pré-estabelecidas, sejam elas: na divisão sexual do trabalho, onde mulheres são responsabilizadas exclusivamente pelos trabalhos domésticos e de cuidados, ou assumir os mesmos cargos que homens e ganhar menos; a falta de independência econômica, quando são os homens que gerem o dinheiro, a violência doméstica e o assédio sexual são questões que podem ser relacionadas ao patriarcado que rege as nossas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, o movimento feminista surge como um movimento que considera as diversas formas de opressões sofridas pelas mulheres dentro da sociedade, e busca alternativas para quebrar estas correntes. “Pois cada uma de nós carrega o efeito acumulativo de nossas vidas vividas nas estruturas de opressão” (COLLINS, p. 28 e 29, 2015). O objetivo está relacionado a ruptura do sistema opressor e a busca por equidade entre gêneros, ou seja, que mulheres e homens sejam tratados de forma justa, considerando as suas especificidades, necessidades e contextos sociais, dentre eles as diferenças de gênero, raça, classe, sexualidade.

Nesse contexto, o feminismo é o projeto político, social e econômico uma vez que, a falta de oportunidades e a existência do machismo em todas as áreas vinculadas ao meio social atuam como impasse no avanço feminino. Ideais arcaicos oriundos de construções sociais são repassados de geração em geração, sem nenhum questionamento\fundamento. Sendo assim, o movimento feminista atua de forma direta na desconstrução de paradigmas implantados por uma sociedade patriarcal. De início o feminismo, segundo Goldinho (2008), busca explicações com bases teóricas sobre o cotidiano das mulheres e o modo como o processo histórico, social e cultural supervaloriza as existências masculinas em detrimento das femininas, se configurando enquanto movimento pautando práticas teóricas e políticas a fim de trazer uma construção igualitária de sociedade para mulheres e homens.

Desdobrando-se em caminhos e descaminhos, o movimento feminista construiu, historicamente, um legado de conquistas de direitos das mulheres, da sua criação até o presente momento sofreu transformações, sobretudo no que diz respeito às suas abordagens, que de forma resumida configuram-se em três ondas teóricas.

[...] a primeira tenta explicar as origens do patriarcado, a segunda, de



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

orientação marxista, propõe uma abordagem histórica tentando encontrar uma explicação material para o gênero ou propondo uma solução baseada nos sistemas duais, composto pelos domínios do patriarcado e do capitalismo e a terceira, mais recente, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero dos sujeitos sociais (SCOTT, 1995, p. 9).

Uma década se passou e o feminismo vem ganhando nova perspectiva enquanto “teoria e prática da luta pela libertação das mulheres” (Goldinho, 2008, p. 17). As bandeiras dos movimentos feministas são as mais variadas, a depender da vertente que o movimento defende, porém há lutas que são únicas, sendo elas, a luta pelo fim da violência; do assédio; da diferença salarial, entre outras.

Quanto ao papel das mulheres na agroecologia é preciso que lancemos um olhar de mais atenção, pois além de serem poucas as produções no sentido da crítica, há uma invisibilização quanto a sua participação, mesmo sendo ela a principal responsável tanto no surgimento da agricultura como na manutenção dos quintais. Outro ponto é o fato de que no campo o índice de violência contra a mulher é grande e cada vez mais silencioso.

Para que nossa discussão continue, é necessário conhecermos um pouco do processo histórico entorno da agricultura no Brasil.

A modernização da agricultura a serviço dos interesses do capital hegemônico e manutenção do agronegócio começa na década de 1960 e é intensificado na década seguinte, no contexto da Revolução Verde, que tinha como foco o aumento da produtividade agrícola, pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos. Fato que provocou graves problemas sociais e ambientais, principalmente nos países chamados de terceiro mundo.

Com a disseminação desse modelo fundado na artificialização da natureza, houve um aumento na produção, porém vieram também inúmeras consequências. Problemas como concentração de terra e de renda; êxodo rural; desestruturação de comunidades rurais; desmatamento e perda da biodiversidade; contaminação dos solos, água; aumento da dependência tecnológica, entre outros.

Em contraposição a esse modelo, surge inicialmente de forma tímida, através de algumas/alguns agricultoras/es organizadas/os que em um movimento de resistência a perspectiva hegemônica colocam em prática várias iniciativas de um ‘novo’ modo de produzir, “o saber agroecológico contribui para a construção de um novo paradigma produtivo ao mostrar a possibilidade de





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

produzir “com a natureza”” (Leff, 2002, p. 44).

A agroecologia que não se resume a pensar somente sobre a produção, mas “é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção” (Hecht, 2002, p. 26).

No que diz respeito as práticas agroecológicas, Susanna Hecht (2002) afirma que sua existência data dos primórdios da sociedade e diz que, a herança agrícola fora retomada pela agroecologia. Portanto, o saber popular e tradicional é fundamental na Agroecologia, as práticas que são passadas de geração em geração e os conhecimentos construídos nas pesquisas científicas. Há uma forte relação entre saber científico e saber popular.

O manejo agroecológico propõe o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, visa a intervenção ambiental e social, possui caráter emancipatório ao pensar na produção livre da dependência dos insumos. A Agroecologia é tida como campo de conhecimento transdisciplinar, que possui influências das ciências sociais, agrárias e naturais. Para Caporal (2004, p.12)

a agroecologia é central de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre

através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base agroecológica.

Compreende-se que a agroecologia tem sido importante para a promoção de transformações sociais e ecológicas, além de articular as bases científicas e populares direciona o processo de passagem do modelo hegemônico de produção, para modos de agriculturas sustentáveis, conseqüentemente, coopera para o processo de desenvolvimento rural sustentável.

O debate inicial sobre a Agroecologia no Brasil, restringiu-se a um pequeno número de pesquisadores, somente de um tempo para cá é que começam a ser realizados os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs). Os primeiros encontros que ocorreram na década de 1980, reuniam profissionais da agronomia, estudantes, pesquisadores e agricultores posteriormente é que os movimentos sociais e sindicais começam a participar. As discussões que ocorreram nos encontros variavam do enfoque tecnológico até as propostas de alternativas



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nos dois primeiros EBAAAs predominaram os debates mais técnicos, nos quais eram destacadas as consequências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxicos (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças. (LUZZI, 2007, p. 19).

Quanto a participação das mulheres nesses encontros, há poucas informações. Conforme consta nos Anais: o II Encontro 8 mulheres palestrantes (entre dezenas de homens); III EBAA (1987) uma única mulher consta como palestrante. Atualmente a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) é a maior representação do movimento agroecológico no país. Para Pimenta (2014, p. 14) “diversos movimentos e redes de mulheres deixaram marcadas sua participação em todo o processo de construção e realização do III ENA com a defesa do lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” em todos os espaços do Encontro (oficinas, plenárias, seminários) ”.

As mulheres do campo representam no Brasil um dos segmentos populacionais mais atingidos por mecanismos de exclusão social

construídos historicamente e fortalecidos a cada dia na sociedade. As desigualdades socioeconômicas e políticas que afetam a vida dessas mulheres são ainda mais perversas por possuírem na sua essência resquícios do coronelismo e de uma organização hierárquica baseada no patriarcado. Nesta abordagem, Faria (2009) afirma que a percepção e presença das mulheres no contexto campestre são marcadas principalmente, pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais, em que as mesmas são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico.

Durante a descoberta da agricultura, quando as sociedades deixaram de ser nômades e passaram a cultivar em comunidade, percebeu-se que a mulher por conta da reprodução, deveria manter-se dentro das propriedades com o intuito de manutenção da família (cuidado com as crianças e idosos) e produção e cuidado de pequenos animais e quintais produtivos, já os homens iriam ser responsáveis pela caça e produção em larga escala. Esse fato histórico resultou no que vivenciamos hoje, a mulher ficou restrita ao espaço privado e o homem desbravou o espaço público.

Como afirma Arendt (2010), a distribuição desses papéis por sexo serve para naturalizar diversas situações sociais, e assim demarcar limites das masculinidades e das feminilidades, desta forma, a esfera privada, era a necessidade que reinava sobre todas as



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

atividades exercidas no lar, enquanto a esfera da polis, ao contrário, era a esfera que reinava a liberdade e a sua condição era a superação das necessidades da vida familiar.

Segundo a mesma autora, podemos caracterizar público e privado da seguinte forma:

-Público é tudo aquilo que merece ser mostrado, que possui valor independente da época ou da situação. É através dele que os indivíduos se eternizam e transcendem.

- Privado identifica-se com o que não deve ser iluminado, que precisa ser protegido e guardado.

Podemos considerar que uma das desigualdades de gênero mais marcantes reside no campo do acesso a oportunidades de geração de renda, bem como, a invisibilização do trabalho feminino dentro das propriedades, onde a mulher tem uma carga de trabalho que se desdobra entre as atribuições domésticas, de cuidados e de produção, entretanto, nesse momento de “ir para a roça”, seu trabalho é considerado de ajuda ao marido (PAULILO, 1982). Lhe é atribuído o trabalho reprodutivo que por não gerar um retorno expresso financeiramente, é considerado improdutivo.

As mulheres dentro deste contexto, geralmente são subalternas e oprimidas, acabam desenvolvendo uma dupla, tripla ou quádrupla jornada de trabalho, uma vez que recai sobre si

a responsabilidade de cuidar dos filhos esposos, abastecer a casa com água bem como, produzir alimentos para a família. Ainda, assim, são invisibilizadas e excluídas de participarem dos processos sociais e políticos da região e das comunidades que fazem parte. Mesmo com toda esta carga de trabalho que a mulher do campo exerce, o homem é que comanda a comercialização e com isso, a economia da família, excluindo a mulher deste espaço. Desta forma, as mulheres são as mais penalizadas nesse desigual contexto visto que, são colocadas diante de uma dupla exclusão: Exclusão socioeconômica, por estarem em um contexto privado, sem remuneração pelos trabalhos exercidos, ficando diante de uma situação de subordinação economia do marido; Exclusão de gênero, por serem mulheres.

Ante a esse contexto de exclusão é que começam as mobilizações das mulheres na defesa de direitos e valorização de seu trabalho, além do direito a voz nos espaços de decisão. O movimento feminista exerce papel fundamental nesse processo de mobilização, o feminismo chega timidamente no espaço do campo com a organização das mulheres em grupos diversos.

### **O feminismo do/no Campo e o protagonismo da mulher na agroecologia**

Antigamente, as mulheres não tinham nem direito a se associar a sindicatos ou trabalhar fora de casa sem a autorização do marido,





## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

direito a voto ou participação na política. Essas e outras barreiras privaram o desenvolvimento pleno das mulheres, principalmente no que concerne a sua liberdade de decidirem sobre os rumos de suas vidas. Foi nesse contexto, que os movimentos feministas passaram a discutir e empoderar mulheres em todos os âmbitos sociais.

**A história do feminismo no Brasil:** Se iniciou no período do Brasil Colônia (1500-1822), época marcada de opressão e machismo onde as mulheres eram vistas apenas como propriedades pertencentes aos homens. Nessa fase do movimento, a luta era baseada em princípios indispensáveis como direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho.

Após determinadas reivindicações, o direito à formação da mulher foi reconhecido no período imperial (1822-1889), dessa forma, a participação direta de mulheres na contribuição educacional impulsionou o projeto, uma grande ativista contribuinte nessa fase foi Nísia Floresta, fundadora da primeira escola para meninas no Brasil.

Com a propagação da ideologia feminista, a formação de greves em fábricas se intensificou, uma vez que, a participação feminina no trabalho era marcada exclusivamente na produção de tecidos. Entre as exigências das paralisações, estavam a regularização do trabalho feminino, a jornada

de oito horas e a abolição de trabalho noturno para mulheres.

Algumas medidas como aceitação de mulheres no serviço público, batalha pelo voto e livre acesso das mulheres ao campo de trabalho, aprovação da lei do divórcio foram conquistadas, entretanto questionamentos não resolvidos na década de 60 são debatidos até hoje, entre eles, a questão dos métodos contraceptivos, equidade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica, equiparação salarial, apoio em casos de assédio entre outros diversos temas inerentes ao movimento feminista.

O feminismo do campo começou a ganhar visibilidade nos debates do movimento a partir da década de 80, com as primeiras manifestações de mulheres por seu direito a participação nos sindicatos, de forma independente de pais, irmãos ou maridos, “as mulheres rurais, na sua diversidade, foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim como foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política” (AGUIAR, 2016, p. 262). Autores como Deere, (2004); Cappellin, (2009) afirmam que os primeiros grupos de mulheres se organizaram a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), inspiradas na Teologia da Libertação, criaram grupos que defendiam os direitos básicos dos marginalizados. Para Aguiar (2016) o apoio, de agentes pastorais, padres e bispos ligados à



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Teologia da Libertação foi impulsionador da organização e formação de “oposições sindicais” as quais as mulheres também faziam parte.

As primeiras lutas dos grupos de mulheres, foram pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras e pelos direitos decorrentes desse reconhecimento, como:

mais particularmente, direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, que marcaram profundamente a trajetória política das mulheres trabalhadoras rurais, esses foram conquistados com a expressiva participação das mulheres trabalhadoras rurais no processo de construção da Constituição de 1988 [...] A participação e o engajamento das mulheres rurais nesse processo garantiram, na Constituição, o estabelecimento de direitos iguais para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social (AGUIAR, 2016, p. 268-269).

Nessas mobilizações lutaram pelo acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária, para que constasse em seus documentos que eram agricultoras e não “donas de casa ou domésticas”, bem como, poder exercer seus direitos sociais – previdenciários e sindicais,

direitos diversos e garantiram: direito das mulheres à terra, com a obrigatoriedade do título em nome do casal ou em nome da mulher chefe de família; direitos na previdência social (aposentadoria, bolsa maternidade, seguro-desemprego e por invalidez, e 120 dias de licença-maternidade remunerada).

Obtiveram forte participação nas lutas dos movimentos ao longo da década, segundo Siliprandi (2013) constituíram os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs), principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas, MMC, ingressando na Via Campesina); a Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, na década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras).

No âmbito do movimento sindical, a mobilização das mulheres culminou com a criação, em 1986, da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora Rural junto ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT. E, em 1989, foi



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

criada a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, vinculada à presidência da CONTAG. Em 1995, a CONTAG, no seu 6º Congresso, aprovou a sua filiação à CUT e criou a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), que começou a figurar nos estatutos da CONTAG (AGUIAR, 2016, p. 272).

Alguns “movimentos” foram constituídos e se estabeleceram por caminhos próprios, ocasionalmente sustentando laços com o sindicalismo, porém com independência quanto a ele devido ao fato de que, as pautas das mulheres eram consideradas menos importantes e assim levadas à invisibilidade dentro do movimento sindical.

É importante ressaltar que as mulheres do campo e seus movimentos tiveram forte participação na construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, pesca e artesanais, ajudando ainda na elaboração das redes de economia solidária e produção agroecológica hoje existentes no país.

O ano de 2000 pode ser considerado como o marco histórico para as mulheres rurais, momento em que as mesmas apareceram pela primeira vez, como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas

produtivas e exigindo tratamento diferenciado da parte da sociedade e do Estado (SILIPRANDI, 2015).

Ocorreram diversos movimentos e manifestações, tais como, as grandes manifestações da Via Campesina, que conquistaram avanços significativos no aprofundamento das discussões das relações de gênero dentro das famílias e comunidades, reivindicando mudanças na divisão do trabalho, bem como, a sua falta de poder nas decisões e denunciam os casos de violência doméstica e de gênero.

Os movimentos de mulheres rurais não têm se restringido as reivindicações históricas de inclusão das mulheres nas políticas públicas, mas avançaram na posição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina com questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo (SILIPRANDI, 2013).

Um dos importantes movimentos de mobilização das mulheres rurais é a Marcha das Margaridas (2000, 2003, 2007, 2011 e 2015), que tem se consolidado como maior movimento de mobilização das mulheres rurais do país. Reúne mulheres de vários segmentos



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sociais como agricultoras, extrativistas, camponesas, ribeirinhas, artesanais, assentadas, pescadoras, quilombolas, acampadas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc. A Marcha compõe a agenda política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), de movimentos feministas e de mulheres, reúne mulheres de todo país em defesa de direitos e em denúncia as condições ainda precárias da vida das mulheres no campo.

### **Conclusão: Sem Feminismo não há agroecologia**

Os movimentos feministas trouxeram ao longo dos anos avanços consideráveis para as mulheres, dentre eles, destaca-se as Políticas Públicas voltadas para as mulheres. A consolidação nos marcos legais vem fortalecendo cada vez mais as lutas, embora, ainda haja muitos desafios, sobretudo no que concerne ao direito ao crédito que permanece pouco acessível as agricultoras familiares do Semiárido; a universalização da Assessoria Técnica, que deve ter um foco específico para as mulheres, visto que, as mesmas tem uma produção importantíssima, apoio aos grupos de produção das mulheres, espaços de formação e empoderamento nas comunidades, entre outros.

Nessa perspectiva a auto-organização deve ser considerada como um dos caminhos para alcançar todas as vitórias que o feminismo do campo almeja. Este se configura como um princípio organizativo que tem como objetivo empoderar as mulheres a fim de se tornarem protagonistas na luta e nas suas vidas, e através da coletividade construir mecanismos para derrubar o machismo e os retrocessos que o mesmo trazem para a vida das mulheres.

Portanto, os movimentos feministas em sua essência resistem e em lutas coletivas buscam construir uma sociedade com equidade para mulheres e homens, na busca por uma ATER feminista, acesso ao crédito como o PRONAF Mulher, a constituição de cooperativas mistas ou exclusivas de mulheres, a ocupação nos espaços de decisão da comunidade, e principalmente, a participação política a fim de construir estratégias que visem a garantia, consolidação e materialização das lutas feministas por acesso ao direito.

### **Referências:**

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis - V. 15 - Edição Especial - 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Br.: Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 11ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p. 640-668.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/Dater-IICA, 2004

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Soc. estado.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Abr. 2016. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. **Cadernos Sempre Viva Organização feminista**, São Paulo: SOF, 2015, pag. 13-42.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

GOLDINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: PAPA, Fernanda; JORGE, Flávio (Org.). **O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTI-ERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-52.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

PAULILO, Maria. Inês. **A mulher e a terra no Brejo Paraibano**. Universidade Federal de Santa Catarina. Cadernos de ciências sociais, V. 2, 1981.

PIMENTA, Sara Deolida Cardoso. Trabalhadoras do campo e da floresta: diversidade, protagonismo político e desafios na construção da unidade. In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 9., Cidade do México, 2014. **Anais...** Cidade do México, 2014.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo. (Org.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos** – Niterói: Alternativa, 2013, pág. 329-343.

\_\_\_\_\_. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v 20, n 2, p. 71-100, jul/dez 1995.